

# História da lingüística no Brasil

José Borges Neto<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Há uns meses atrás, a diretoria do GEL me mandou um e-mail em que me convidava para essa conferência e em que sugeria que o assunto a ser abordado fosse a “História da Lingüística no Brasil”. Imediatamente me ocorreu que havia uma ambigüidade interessante nesse título: tanto poderia lê-lo como História [da Lingüística no Brasil] quanto como [História da Lingüística] no Brasil. Ou seja, o assunto desta conferência tanto poderia ser a Lingüística no Brasil quanto o fazer historiográfico sobre a lingüística brasileira.

Escolher a primeira possibilidade – e fazer um pouco de história da lingüística – teria a vantagem de atender melhor às expectativas de quem vem assistir a uma conferência com este título, além de ser bastante apropriado para um Seminário como este, que tem Joaquim Mattoso Câmara Jr como tema.

Um “passeio” pela história da Lingüística no Brasil me permitiria tocar em vários assuntos pouco explorados. Para ficar só com a parte da história que teve Curitiba como cenário, poderia explorar a criação, em 1953, do Círculo Lingüístico de Curitiba que, embora tivesse vida efêmera – desapareceu em 1956 –, deu origem à Revista Letras, que circula ininterruptamente desde 1953 (e é, portanto, a revista brasileira mais antiga da área em circulação) e que teve em Mattoso Câmara um colaborador assíduo nos primeiros anos; poderia explorar um pouco a obra do Prof. Rosário Farâni Mansur Guérios, indo-europeísta de renome internacional, não obstante pouco conhecido no Brasil; ou mesmo a obra do Prof. Aryon Rodrigues, aluno e professor da UFPR, um dos fundadores do Círculo Lingüístico de Curitiba, e primeiro brasileiro doutor em Lingüística, com formação regular, a atuar em nossas universidades. Poderia, também, fazer um balanço do movimento que surgiu em Curitiba no final dos anos sessenta, liderado pelos professores Eurico Back e Geraldo Mattos, que ficou conhecido como “Lingüística Construtural” e que pode ser considerada a primeira proposta de teoria lingüística feita no Brasil (movimento que Anthony Naro, em seu trabalho “Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil”, escrito em 1974 e publicado no Brasil em 1976, afirma ser: “*o único grupo que, até agora, ousou fazer inovações dentro de uma orientação teórica*” (p. 95)). Posso estar enganado, mas creio que apenas uma outra proposta de inovação teórica substancial foi feita até hoje no Brasil – a teoria de Carlos Franchi – que, infelizmente, permanece desconhecida da maior parte dos lingüistas brasileiros.

De qualquer maneira, fiquei convencido de que essa tarefa não me cabia – ao menos não neste momento. Não só porque demandaria levantamentos de dados e interpretações que o pouco tempo disponível tornaria, inevitavelmente, superficiais, mas também porque não me sinto com competência para um estudo desta natureza: não vejo em mim o perfil de historiador que essa tarefa exige.

Preferi, portanto, a segunda possibilidade de leitura e organizei um texto que consiste numa breve reflexão sobre o que acontece, no Brasil, com os estudos de História da Linguística. Nesta conferência, portanto, vou tentar explorar as motivações que levam linguistas a fazer história e a forma que essas “histórias” assumem.

Quero começar com uma apresentação, geral e simplificada, das idéias presentes num texto de Friedrich Nietzsche, intitulado “*Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida*”, que constitui a segunda parte de seu livro **Considerações Intempestivas**. Li este texto pela primeira vez num curso de história da linguística, lecionado por Michel Lahud, ainda como aluno de doutorado aqui na Unicamp. O texto me impressionou muito à época (já lá se vão pouco mais de 20 anos!), tanto pela reflexão filosófica quanto como instrumental explicativo da natureza do fazer historiográfico. A qualidade “literária” do texto de Nietzsche, seu rigor filosófico, apesar do espírito “metafórico” da apresentação, e sua atualidade me encantaram e me foram muito úteis. Acredito que as idéias de Nietzsche sobre a história são úteis a quem, de alguma forma, dedica-se à história, seja à história da ciência (da ciência linguística, em particular), como é o meu caso, seja à ciência da história em geral.

A tese fundamental de Nietzsche é que **a história está ao serviço da vida**. Em outras palavras, o homem volta-se para o passado em função de seus interesses e necessidades do presente.

A memória, a lembrança, o retorno ao passado, a história, enfim, são características do homem. O animal é não-histórico. Sem a história, o homem perde sua humanidade e se iguala ao animal.

A história, no entanto, algema o homem ao passado que, como um fantasma, assombra e perturba a paz do presente. É fundamental, então, aprender a esquecer. Se a ausência de história animaliza o homem, o excesso de história o destrói.

Não cabe ao homem ser não-histórico: ele perde sua humanidade. Não cabe ao homem ser completamente histórico: ele passa a viver no passado e se anula como um ser do presente. É preciso dosar história e não-história.

Enquanto um conhecimento a serviço da vida, a história deve subordinar-se a ela. As vidas dos indivíduos necessitam diferentemente da história, porque suas necessidades vitais também são diferentes. Não teremos, então, uma história única, objetiva, “científica”, verdadeira, mas teremos tantas histórias quantas forem as necessidades de história determinadas pela vida.

À pergunta “Por que se faz história?” Nietzsche dá três respostas: faz-se história porque se é ativo e ambicioso; faz-se história porque se tem prazer em conservar e venerar; faz-se história porque se sofre e tem-se necessidade de libertação.

A cada uma dessas razões, corresponde um tipo particular de história.

O homem ativo e ambicioso busca, no passado, aliados para lutar as lutas do presente e faz **história monumental**. Esse tipo de história seleciona aspectos do passado, atribui-lhes uma grandeza perene e os usa como alavanca para um futuro também de grandeza. A história monumental necessariamente violenta o passado para que, no presente, o homem de ação construa o futuro.

O homem que sente prazer em conservar e venerar faz **história tradicionalista**. Esta é a história feita por quem julga que o melhor do presente é o que não altera o passado. É a história de quem, fascinado pelos detalhes, procura reconstruir o passado nos seus mínimos detalhes. É a história do antiquário. Embora o historiador tradicionalista reivindique para si o monopólio da verdade histórica, este tipo de história também violenta o passado, na medida em que não consegue vê-lo no conjunto: só vê fragmentos e todos iguais, merecendo o mesmo respeito.

O homem oprimido, sofrendo, busca no passado as causas de seu sofrimento. Ele julga o passado e o condena. Nas palavras de Nietzsche, *“Todo passado merece condenação porque, como acontece com todas as coisas humanas, nele se misturaram a força e a fraqueza do homem”*. Este homem faz **história crítica**. Ao contrário do historiador tradicionalista, que conserva e venera, o impulso que move o historiador crítico é o de julgar e destruir o passado.

Nas palavras de Nietzsche:

*Cada uma das três variedades de história tem um campo próprio e um clima próprio; fora, prolifera numa vegetação parasita e devastadora. Quando o homem que quer criar grandes coisas precisa do passado, usa a história **monumental**. Ao contrário, quem quer perpetuar o que é habitual e venerado de há muito, encara o passado como antiquário e não como historiador. Aquele que é apanhado pela necessidade presente, e que se quer ver livre do seu peso, precisará de uma história **crítica**, isto é, que julga e que condena. A transplantação imprudente dessas diversas espécies é fonte de muitas desgraças. O crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o perito se poder criador são plantas que degeneraram, por terem sido arrancadas ao seu terreno.*

Para Nietzsche, então, não se trata de *escolha*. Não é o indivíduo que escolhe o tipo de história que vai fazer. De certa maneira, o tipo de história se impõe ao indivíduo. Da mesma forma, não é possível atribuir juízos de valor comparativos entre os três tipos de história: cada tipo é o melhor possível para uma necessidade vital determinada.

Nenhum dos três tipos de história permite obter uma história mais ou menos verdadeira. Todos os tipos de história violentam o passado na medida em que, essencialmente, são apenas formas de *usar* o passado para resolver questões do presente. Por trás da história há um homem que vive, que tem necessidades e que só se volta ao passado em função delas. Ora, as necessidades não são iguais para todos os homens e, em consequência, os modos de voltar ao passado, as experiências lembradas ou esquecidas, os fatos a serem destacados ou a serem ignorados, a distinção, enfim, entre o que é e o que não é pertinente no passado, serão diferentes para diferentes homens. **A história, na medida em que serve à vida, é necessariamente subjetiva.**

Que fique claro, desde já, que dizer que a história é subjetiva não equivale a dizer que a história é **arbitrária**. Toda história, seja de que tipo for, vai se justificar na documentação existente e na consistência das interpretações que se podem dar às evidências documentais. Não obstante, não há uma interpretação única e, em consequência, não há uma história verdadeira. Dado um determinado conjunto de acontecimentos do passado, é possível um tratamento monumental, um tratamento

tradicionalista e um tratamento crítico desses acontecimentos, todos os três tratamentos absolutamente consistentes, absolutamente verossímeis. Nenhum dos tratamentos, no entanto, pode pretender a verdade dos fatos: todos os tratamentos são parciais e, num certo sentido, falsos.

Feita esta apresentação da concepção de história de Nietzsche, quero começar a me aproximar da História da Lingüística mostrando como os historiadores da lingüística acabam por recuperar essas idéias nietzschianas quando tentam estabelecer “tipologias” das formas de historiar a ciência. Vou emprestar um trecho do texto “Memórias da lingüística na lingüística brasileira”, publicado por Cristina Altman na Revista da ANPOLL nº 2 (1996, p. 183), em que ela apresenta uma tipologia das histórias da lingüística proposta pelo importante historiador da lingüística Konrad Koerner. Nas palavras de Altman:

*... Koerner identificou três tipos gerais de texto historiográfico em ciências da linguagem. O primeiro tipo, que denomina ‘história-resumo’ ... é a história geralmente escrita por um pesquisador proeminente na área em que atua, já pelo final da sua carreira acadêmica, convencido de que os principais objetivos de sua disciplina já foram conquistados e de que o trabalho que resta para as novas gerações consiste no que Kuhn ... denominou ‘operações-limpeza’. Do ponto de vista deste historiador, o quadro teórico da disciplina já está suficientemente amadurecido para que o pesquisador comum execute suas investigações, sem que sejam necessárias revisões importantes na metodologia geral de trabalho, já suficientemente estabelecida.*

*Um segundo tipo de texto historiográfico apontado por Koerner nos artigos citados pode ser caracterizado como aquele em que a principal motivação do historiador – em geral, mais jovem do que no tipo anterior, e em estágios iniciais da atividade acadêmica – representa um grupo específico da disciplina disposto a relançá-la sob ‘novas’ bases, geralmente em franca oposição com a geração imediatamente precedente. O conhecimento produzido sobre a linguagem, anterior ao momento que lhe é contemporâneo é, na sua proposição, um estágio a ser ultrapassado e sua argumentação, freqüentemente polêmica, se baseia em reiteradas reivindicações de ‘novidade’ e ‘originalidade’.*

*O terceiro tipo de trabalho historiográfico, caracterizado por Koerner como o ideal desejável a ser buscado pela historiografia da lingüística contemporânea, não visa nem a defesa de um paradigma particular, nem a reivindicação de uma revolução científica no interior da disciplina. Trata-se da tentativa desinteressada de estabelecer, sine-ira-et-studio, o conjunto de fatos historicamente pertinentes na cronologia da disciplina, a partir de um conjunto de princípios pré-estabelecidos.*

A semelhança entre a classificação de Nietzsche e a classificação de Koerner para os tipos de História salta aos olhos.

A ‘história-resumo’ de Koerner, aquela feita pelo pesquisador em fim de carreira e que tem o objetivo de mostrar como se deu o desenvolvimento da disciplina para que pudéssemos chegar até ao ponto que chegamos – que é, invariavelmente, o conjunto de propostas teóricas defendidas pelo autor da história –, não é mais do que a história monumental nietzschiana. É uma história que olha para o passado e nele seleciona os “vultos” (os monumentos) que, com sua atividade científica, conduziram a disciplina, inexoravelmente, à proposta esposada pelo autor, que é vista como a culminação de um processo unidimensional e progressivo que se constrói no tempo. Em outras palavras, a função desse tipo de história é a de mostrar que os resultados que se apresentam como “verdadeiros” no presente são fruto da atividade de “ancestrais” ilustres que colocaram no bom caminho as investigações (numa paráfrase de Altman, trata-se de uma visão da história do pensamento lingüístico como uma sucessão de grandes momentos privilegiados de inspiração). O resultado disso é que invariavelmente esse tipo de história se apresenta como uma história de grandes autores (grandes lingüistas) do passado.

O segundo tipo de história descrito por Koerner, aquela história feita pelo pesquisador jovem que, opondo-se ao pensamento estabelecido, procura mostrar os “erros” do passado de forma a justificar as novas propostas, não é nada mais do que a história crítica de Nietzsche. Trata-se de uma história que julga e condena o passado, aponta os seus erros. Trata-se de uma história que tem como função “destruir” o passado de forma que se possa construir um novo presente e preparar um novo futuro.

O terceiro tipo de história de Koerner – a que é caracterizada como “o ideal desejável a ser buscado” – nos remete à história tradicionalista de Nietzsche. É uma história “desinteressada”, que procura estabelecer o passado tal como ele foi. É uma história que se pretende “isenta” e “objetiva”, na medida em que não se sente presa a questões do presente (não pretende defender nem atacar posições teóricas do presente). Talvez a grande diferença entre Koerner e Nietzsche, com relação a este tipo de história, esteja na suposição de Koerner de que esta história é melhor do que as outras, enquanto Nietzsche, com muito mais clareza, percebe que se trata apenas de uma das muitas formas que a história pode assumir.

Feita essa longa exposição, digamos, “metodológica”, podemos dedicar algum tempo à exploração das características de alguns trabalhos exemplares de história da lingüística feitos no Brasil. Embora a produção brasileira na área de historiografia da lingüística seja muito pequena, não teríamos tempo para ver, com algum nível de detalhe, senão um ou dois trabalhos. Quero começar com os resultados apresentados por Cristina Altman no texto que já citei acima (*Memórias da lingüística na lingüística brasileira* – Revista da ANPOLL nº 2, 1996).

Nesse trabalho, Cristina Altman procura investigar a forma como alguns autores de manuais brasileiros (de Lingüística Geral, de Filologia, de Lingüística Histórica, de Sintaxe Gerativa, etc.) escreveram a história dessa disciplina (ou partes dessa história). Como forma de deixar claro que os autores estudados não tinham a História da Lingüística como seu objetivo, Altman fala em “*retrospecção brasileira das tradições do conhecimento lingüístico*” para caracterizar o trabalho historiográfico incluído nos manuais.

O que é notável, no entanto, é a conclusão apresentada na p. 184, onde Altman diz: “*No que diz respeito à minha amostra, todos os textos, inevitavelmente, podem ser considerados como historiografias do primeiro tipo apontado por Koerner*”. Ou seja, todos os autores fazem histórias monumentais.

E há alguma explicação para isso? A explicação me parece óbvia. Os textos escolhidos por Altman são todos de manuais e a função dos manuais, em geral, é a de apresentar, de forma clara, um determinado campo de investigação sob uma determinada orientação teórica. Em decorrência, a abordagem escolhida (e esposada) pelo autor que deverá ser entendida como a abordagem “correta” e sua apresentação deverá supor que o campo de investigação e a abordagem teórica são estáveis e bem determinadas. Em outras palavras, pela sua própria natureza, os manuais devem apresentar uma visão **parcial** da realidade da ciência. A função da história na economia dos manuais deve ser a de fazer um resumo do passado que justifique a posição teórica escolhida pelo autor. Assim, a seleção dos “monumentos” que aparecerão nessa história é estritamente determinada pela posição assumida pelo autor: a escolha recairá naqueles autores do passado que de alguma forma contribuíram para que o desenvolvimento da disciplina se desse como se deu. Provavelmente, nenhum grande lingüista que tenha, no passado, defendido posições divergentes será lembrado (e se o for, será apenas para mostrar como posições “erradas” atrapalharam o progresso).

Mas vejamos como a história aparece num desses manuais. De forma absolutamente aleatória, escolhi o livro *Sintaxe Gerativa do Português*, publicado por Lúcia Lobato em 1986 (Belo Horizonte: Vigília). Neste livro, Lúcia Lobato faz, em cerca de 15 páginas, uma história das teorias sintáticas, iniciando com a gramática tradicional e chegando à sintaxe gerativa, com duas “escalas”: uma página sobre a gramática comparada e pouco mais de 7 páginas sobre “os estruturalismos lingüísticos”. A própria dimensão das partes já revela a concepção de importância e de pertinência que cada uma das perspectivas sobre a sintaxe apresenta para a autora. O item referente ao estruturalismo passa pelos nomes convencionais: Saussure, como representante do estruturalismo europeu, e Bloomfield, como representante do descritivismo americano. São apontados, ainda, outros tipos de estruturalismo não-saussuriano. No final do item, a autora desenvolve mais detalhadamente o que chama de “técnica da análise em constituintes imediatos” para, no último parágrafo, passar à crítica que Chomsky faz desse tipo de análise e sua superação pela abordagem gerativista.

Certamente, essa pequena história dos estudos sintáticos é uma “história-resumo”, nos termos de Koerner e seu papel no livro é apenas a de mostrar que houve momentos anteriores ao gerativismo que, de certa forma, prepararam seu surgimento, seja como continuação, seja como oposição.

Não vou abordar outros textos da amostra de Altman, mas podemos ter certeza de que o mesmo acontece em todos eles. A história apresentada é apenas um pequeno resumo do passado que aponta os nomes principais da área em cada momento e dá à proposta escolhida pelo autor o caráter de evolução natural do pensamento.

Eu queria agora, para finalizar, fazer um breve passeio sobre a *História da Lingüística* de Joaquim Mattoso Câmara Jr. – escrito em inglês em 1962 e publicado em português apenas em 1975, já como obra póstuma. Tenho duas razões para isso: a primeira é que este livro é, até onde sei, o único trabalho de um brasileiro que tenta



fazer uma história geral da lingüística; e a segunda é que Mattoso Câmara é o tema deste Seminário do GEL. Vamos a ele.

A história presente no livro de Mattoso é claramente uma história monumental (ou história-resumo, nos termos de Koerner). Cristina Altman já havia chegado a esta conclusão em seu texto de 1996. Trata-se de uma história de grandes autores (de nomes e datas) mais do que uma história que procura recuperar, com um mínimo de profundidade, as idéias lingüísticas desses autores (seja para concordar com elas ou discordar delas).

No primeiro capítulo, Mattoso apresenta uma distinção entre *pré-lingüística*, *paralingüística* e *lingüística propriamente dita*. Por *pré-lingüística* ele entende o estudo do certo e errado, o estudo de línguas estrangeiras e o estudo filológico da linguagem; por *paralingüística* ele entende o estudo lógico e o estudo biológico da linguagem. Obviamente, o critério classificatório utilizado está baseado na autonomia da ciência lingüística: tanto os estudos pré-lingüísticos quanto os estudos paralingüísticos são, por definição, não-autônomos.

Sobre esses diferentes “estudos”, ele afirma que a lingüística é uma ciência muito nova e que só começou a existir no início do século XIX. Para ele a lingüística é uma ciência essencialmente européia e, antes do século XIX ou em civilizações que não a européia, só iremos encontrar pré e para-lingüística. Em suas próprias palavras:

*Uma história da lingüística deveria concentrar sua atenção na Europa do século XIX até os nossos dias incluindo, naturalmente, a América como uma extensão da cultura européia e, entretanto, outros países não-europeus que assumiram os principais traços e tendências do pensamento científico dominante. (p. 13)*

Ainda, para Mattoso, a história é “um desenvolvimento contínuo” e, em consequência, a lingüística evolui das “*experiências da pré-lingüística e da paralingüística na Antigüidade, na Idade Média e nos tempos Modernos antes do século XIX*” (p. 13).

Assim, “[s]omos compelidos a levar em consideração os estudos pré-lingüísticos e paralingüísticos antes do advento da lingüística no século XIX, na Europa, como uma introdução à história da lingüística propriamente dita”. (p. 13-14)

Consistentemente com sua posição, Mattoso usa apenas cerca de 13 páginas, distribuídas em 2 capítulos (o II e o III), para dar conta desses estudos que antecederam a lingüística. O restante do livro, cerca de 165 páginas, organizadas em 29 capítulos (do IV ao XXXII), trata apenas dos estudos da linguagem dos séculos XIX e XX.

O notável no tratamento que Mattoso dá a este século e meio de história da lingüística está no fato de que ele não estabelece periodizações muito claras. Não se encontra, por exemplo, um capítulo (ou um conjunto de capítulos) sobre o estruturalismo, que o oponha à gramática comparativa. O tratamento é quase que rigorosamente cronológico e os autores selecionados vão sendo apresentados em sequência, sem uma preocupação maior com suas filiações a movimentos ou escolas. Encontramos, por exemplo, Saussure no capítulo XVII, Meillet, caracterizado como “o discípulo francês de Saussure”, no capítulo XX e o capítulo XXI com a denominação “Os Estudos do Indo-europeu depois de Meillet”. Aliás, o comparativismo ainda retorna

mais à frente, no capítulo XXV, que recebe um nome que mais parece ementa de disciplina do que título de capítulo: “*Novas tendências no comparativismo lingüístico. Investigações pré-indo-européias. A nova doutrina de Marr. Empréstimo como causa de agrupamento lingüístico. Glotocronologia*”.

Note-se que isso é completamente consistente com a posição assumida por Mattoso de que a história é um desenvolvimento contínuo.

Fica, no entanto, a impressão de que a tipologia de Nietzsche (ou a de Koerner) não se presta para uma caracterização exata do texto de Mattoso. Ora, é difícil dizer que Mattoso está procurando, no passado, “aliados” que venham reforçar sua posição em embates de que participa no presente, que ele está procurando justificar as escolhas teóricas que fez ou que está “preparando o terreno” para apresentar, em seguida, sua posição como o ápice evolutivo do que o antecedeu. A caracterização – ligeira e superficial – de Mattoso como o primeiro estruturalista no Brasil não permitem compreender o modo como ele apresenta a lingüística comparativa.

Uma análise mais cuidadosa da posição teórica de Mattoso parece ser necessária. Esta análise se encontra registrada na dissertação de mestrado de Ângela França, intitulada “*Texto e contexto nos escritos lingüísticos de Mattoso Câmara (1941-1954)*”, orientada por Cristina Altman e defendida na USP em 1998. Vou me valer de alguns dados aí registrados e de algumas informações – valiosíssimas – que a Ângela, em comunicação pessoal, pode me oferecer.

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que Mattoso nunca se opôs à perspectiva histórica no estudo das línguas: o seu estruturalismo convivia muito bem com o comparativismo.

Mattoso se opunha à *prática* dos comparativistas brasileiros, porque eles não entendiam a língua (=langue) como sistema, embora eles falassem de Saussure e Trubetzkoy (Serafim da Silva Neto foi o primeiro a resenhar Trubetzkoy, em 1941, na *Revista Filológica* 10: 87-88). Para esses comparativistas, estudar a língua era apenas um meio para conhecer e dar a conhecer a cultura de um povo. Nesse sentido, a prática dos comparativistas brasileiros os aproximava dos filólogos clássicos e sua atividade acadêmica não podia ser caracterizada como *lingüística*, mas como *pré-lingüística*.

Obviamente, isso nada tinha a ver com a teoria histórico-comparativa em si, mas apenas com a prática dos cientistas brasileiros.

Como boa parte dos lingüistas estruturalistas, a origem teórica do Mattoso era o comparativismo: Mattoso foi aluno-ouvinte do **curso de Filologia Latina e Neo-Latina** ministrado por Millardet em 1937. Como bom leitor de Saussure, Mattoso achava que a lingüística sincrônica e a diacrônica são duas partes igualmente respeitáveis da Lingüística.

Cito Ângela França, fazendo algumas adaptações de texto:



- 1 *Mattoso não rejeita o trabalho do comparatista, ao contrário, é nos exemplos dele que Mattoso vai buscar ilustrações adequadas para apresentar a seus alunos-leitores, sob o nome ‘**lingüística diacrônica de filiação saussuriana**’. Com efeito, apenas examinando o índice de autores [edição de 1941 dos Princípios de Lingüística Geral] infere-se a confiança de Mattoso no método de comparação e reconstrução das línguas.*
- 2 *Podemos concluir por meio da análise dos autores e temas lingüísticos, a partir dos quais Mattoso Câmara montou o primeiro curso de Lingüística no Brasil e elaborou o primeiro manual de Lingüística de nível universitário em língua portuguesa, que o autor parece ter buscado alcançar um equilíbrio entre as duas partes da Lingüística, a sincrônica e a diacrônica, combinadas em uma síntese dialética (no sentido de Herder), incorporando o que era válido das revelações do passado para o momento presente.*
- 3 *é possível dizer que, para Mattoso, dialeticamente, os fatos de hoje ajudam a explicar os fatos de ontem e, às vezes, os fatos de ontem ajudam a explicar os fatos de hoje. Um exemplo do que estou dizendo é Portuguese Language: History and Structure, traduzido no Brasil, depois, com o título de História e Estrutura da Língua Portuguesa.*
- 4 *Para Mattoso, a lingüística estrutural sincrônica está ao lado da lingüística estrutural histórica. Nesse sentido, as duas abordagens são complementares, “são as duas abordagens científicas da linguagem” no entender de Mattoso.*

Em suma, a exposição da história da lingüística que Mattoso faz em seu livro é exatamente o que esperaríamos: apresenta o passado de um jeito que as escolhas e predileções do presente sejam justificadas. A história de Mattoso pode, adequadamente, ser tratada como uma história monumental.

Finalmente, gostaria de comentar a razão por que os trabalhos de historiografia da lingüística feitos no Brasil são majoritariamente monumentais.

Esses trabalhos são quase que exclusivamente feitos por lingüistas, que paralelamente à atividade de historiador (que quase sempre é marginal) atuam como cientistas. Ora, um cientista é um homem de ação, que realiza coisas no presente e que se volta ao passado em busca de justificativas para as posições que defende no presente. Logo, o que se deve esperar, se Nietzsche está certo, é que a história que fazem seja mesmo monumental.

E os outros dois tipos de história? Não há exemplos deles na historiografia da lingüística brasileira?

Quanto à história crítica, creio que há pouquíssimos exemplos claros. Talvez porque os cientistas brasileiros – quase sem exceção, hoje – assumem propostas teóricas

desenvolvidas no exterior e a questão do confronto entre os programas de pesquisa, de modo geral, lhes pareça uma coisa distante. Destaco, no entanto, a Parte I do livro *Diário de Narciso* de Maria Irma Hadler Coudry (Martins Fontes, 1988). Parece-me que aí encontramos um bom exemplo de história crítica.

Quanto à história tradicionalista, o grupo de historiografia da lingüística brasileira, sediado na USP e dirigido por Cristina Altman, me parece um exemplo bem claro (volto a repetir, os três tipos de história são igualmente respeitáveis, igualmente verossímeis e igualmente falsos). Os pesquisadores do grupo não são (ou não se comportam como se fossem, enquanto historiógrafos) cientistas da linguagem, no sentido próprio do termo; são **historiadores da lingüística**. E nessa qualidade, a história que desenvolvem é claramente distinta da que os lingüistas realizam.

Termino com uma citação de Nietzsche:

*São estes os serviços que a história pode prestar à vida. Qualquer homem e qualquer nação, segundo seus fins, as suas forças e as suas necessidades, têm necessidade de um certo conhecimento do passado sob a forma de uma história, que pode ser monumental, tradicionalista ou crítica. Mas não têm necessidade dela à maneira de uma multidão de pensadores puros que encaram a vida de fora, nem como indivíduos ávidos de saber e só de saber. Todas as suas necessidades se orientam para a vida e estão submetidas ao domínio e à alta direção da vida.*

Muito obrigado.